

A Gestão do Dividendo Digital do Espectro Radioelétrico

João Palmeiro | Presidente da CPMCS

O que é a CPMCS

Fundada em 13 de Outubro de 1994 por diversas empresas e Associações da Imprensa, Rádio e Televisão, a CPMCS é a maior e mais representativa Associação de Meios em Portugal, congregando mais de 1 000 empresas titulares de órgãos de Comunicação Social.

Criada com o objectivo de fortalecer e dinamizar o sector dos Media, a CPMCS defende e promove os interesses desta Indústria junto das entidades e instâncias, nacionais e estrangeiras, que podem influenciar a sua actividade e desenvolvimento. É um sector que representa 4 mil milhões de euros em facturação, gera 50 mil postos de trabalho e envolve mais de 17 mil empresas.

Associados:

Rádio | Associação Portuguesa de Radiodifusão
Rádio Comercial
Rádio Renascença

Televisão | RTP
SIC
TVI

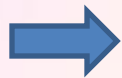
Imprensa | Associação Portuguesa de Imprensa

Agência de Notícias | LUSA

Que tipo de Gestão do Espectro é que pode ser feita?

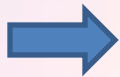


Regulação Tecnológica

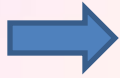


Regulação da Utilização

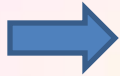
O Espectro e os Conteúdos



Interesse Público



Comerciais

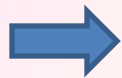


Segurança e Relacionados

Por uma Primazia dos Conteúdos de Interesse Público



Distribuir



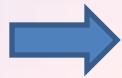
Licenciar



Leiloar

O Espectro Radioelétrico na Era da Digitalização

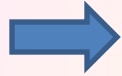
A porta para um novo paradigma do papel dos Media na Sociedade



Media Editados



Media Agregados



Conteúdos Auto-organizados







O Papel do Estado



O Papel da Indústria

O Espectro Radioelétrico na Era da Digitalização

Quatro Opiniões

-  RTP
-  SIC
-  TVI
-  ERC

O Espectro Radioelétrico na Era da Digitalização

RTP



Deverá existir uma banda reservada a serviços inovadores de conteúdos, da responsabilidade dos broadcasters;



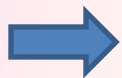
Se o espectro disponível for atribuído numa lógica de maximizar a sua rentabilidade, os operadores de televisão públicos e privados, que têm hoje um papel relevante nos aspectos sociais e culturais, podem ver esse papel diminuído pela dificuldade em garantir uma operação rentável;



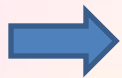
A atribuição dos espaços a cada broadcaster não deve ser definida numa pura lógica economicista, para não pôr em causa a lógica social e cultural. Por exemplo: não deverá uma parte do espectro ser atribuída a serviços livres ou a muito baixo custo?;



A RTP entende que existe necessidade de espectro radioelétrico para novos serviços no âmbito dos operadores de TV, e onde a RTP pretende ter um papel activo;



Deve ser reservado espectro que permita aos operadores de televisão a distribuição dos seus conteúdos de uma forma economicamente acessível, garantindo a continuidade da Indústria europeia de audiovisual;



A RTP partilha com a EBU/UER as preocupações da maior parte dos operadores de TV europeus quanto ao futuro da distribuição terrestre, à qual terá acesso uma grande parte da população.

O Espectro Radioelétrico na Era da Digitalização

SIC



Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões de 13.11.2007:

O aumento do número de canais oferece perspectivas de maior pluralismo nos meios de comunicação, crescimento da produção de conteúdos e serviços mais interactivos e de melhor qualidade para os telespectadores.



A SIC deve ser compensada pelos investimentos necessários à migração da televisão analógica para a digital

O Espectro Radioelétrico na Era da Digitalização

TVI



Abandonar os preconceitos sobre o que dará o dividendo digital. Uma atitude aberta e flexível pode ser de grande ajuda para adaptar as decisões a umas condições em mudança e que estão a evoluir muito rapidamente.



As televisões deveriam ter a hipótese de estar presentes no aproveitamento do espectro radioelétrico que vai ficar disponível no que diz respeito aos possíveis serviços da televisão e conteúdos audiovisuais.

O Espectro Radioelétrico na Era da Digitalização

ERC



Devem continuar a beneficiar, no novo cenário digital, a área da comunicação social, para uma melhor salvaguarda da pluralidade, coesão e diversidade deste sector.



Realmente, se são inegáveis as vantagens e oportunidades da tecnologia digital para uma comunicação social livre e pluralista, não podem ser deixados de lado alguns desafios, incluindo-se, aqui, a defesa do interesse público num ambiente digital, expresso na salvaguarda da liberdade de expressão e do direito de acesso à informação, o pluralismo dos média e a diversidade cultural, a coesão social, a participação democrática ou a protecção dos consumidores.



O “dividendo” digital ou espectral permitirá, desta forma, que os operadores de radiodifusão possam desenvolver e alargar os seus serviços de forma significativa; mas esta possibilidade deverá, em meu entender, obedecer a uma abordagem virada para o cidadão.